

**PARECER PRÉVIO Nº 266/2023****PROCESSO Nº:** 02720/2021-0**ESPÉCIE PROCESSUAL:** Prestação de Contas de Governo**ENTE FEDERATIVO:** Município de Amontada**EXERCÍCIO:** 2020**RESPONSÁVEL:** Valdir Herbster Filho**RELATORA:** Conselheira Patrícia Lúcia Mendes Saboya**SESSÃO:** Pleno Virtual de 14 a 18/08/2023**EMENTA:** PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO.

1. Configura-se inexequível o Duodécimo fixado na Lei Orçamentária acima do limite máximo previsto no art. 29-A, inciso I, da Constituição Federal de 1988.

2. O descumprimento do limite das despesas com pessoal previsto no art. 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, no exercício financeiro de 2020, não enseja a desaprovação das contas, em razão do Decreto Legislativo nº 543/2000 da Assembleia Estadual do Ceará e do art. 65 da LRF, alterado pela Lei Complementar nº 173/2020, face o enfrentamento da pandemia do COVID-19. Precedentes.

Parecer Prévio favorável à aprovação das contas, com ressalva. Recomendações.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Prestação de Contas de Governo do Município de Amontada**, relativa ao exercício financeiro de **2020**, de responsabilidade do Sr. **Valdir Herbster Filho**, e com fundamento no art. 71, inciso I, da Constituição Federal, art. 78, inciso I, da Constituição Estadual e art. 1º, inciso III, combinado com art. 42-A da Lei nº 12.509/1995 (LOTCE);

**RESOLVE O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ**, por **unanimidade** de votos, emitir parecer prévio pela sua **APROVAÇÃO**, considerando-a **Regular com Ressalva**, submetendo-a ao julgamento da Câmara Municipal e dando-se ciência aos interessados.

**RECOMENDAR** à Prefeitura Municipal de Amontada para que:

1. Empreenda meios de controle suficientes para evitar inconsistências nos dados do Sistema de Informações Municipais (SIM), no tocante aos créditos adicionais abertos no exercício;
2. Empreenda meios de controle suficientes para evitar divergências entre os registros do Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO) e do Balanço Geral;
3. Adote medidas para o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal (art. 20, inciso III, alínea b), com o objetivo de reconduzir as despesas com pessoal ao limite aceitável;

4. Empreenda meios de controle suficientes para evitar inconsistências entre os valores demonstrados no Anexo II do Relatório de Gestão Fiscal (RGF) e os registrados na Demonstração da Dívida Fundada (Anexo XVI do Balanço Geral);
5. Preze pela implementação oportuna de ações administrativas ou judiciais para recuperar os saldos inscritos em Dívida Ativa;
6. Adote providências no sentido de efetuar o cancelamento dos restos a pagar não processados, a fim de evitar que tais permaneçam registrados como dívidas no Balanço Geral;
7. Acompanhe sua execução orçamentária, visando o equilíbrio fiscal estabelecido pela LRF, para que não haja comprometimento da gestão financeira e econômica;
8. Empreenda meios de controle suficientes para evitar inconsistências entre os dados do Balanço Financeiro (BF) e do Relatório de Gestão Fiscal (RGF);

Tudo nos termos do Relatório e Voto, partes integrantes da presente decisão.

Participaram da votação: Exmos. Srs. Conselheiros Luís Alexandre Albuquerque Figueiredo de Paula Pessoa, Edilberto Carlos Pontes Lima, Rholden Botelho de Queiroz, Patrícia Lúcia Mendes Saboya e Ernesto Saboia de Figueiredo Júnior.

Transcreva-se, cumpra-se e publique-se.

Fortaleza, Sessão do Pleno Virtual do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, em 18 de agosto de 2023.

Conselheira Patrícia Lúcia Mendes Saboya  
**RELATORA**

Conselheiro José Valdomiro Távora de Castro Júnior  
**PRESIDENTE DA SESSÃO**

Fui presente: Leilyanne Brandão Feitosa  
**PROCURADORA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS**